

1 **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS**

3 PAUTA: Leitura do Expediente; Apresentação pela Secretaria de Recursos Hídricos e
4 Ambiente Urbano – SRHU dos programas e subprogramas do Plano Nacional de
5 Recursos Hídricos e importância da indicação de subprogramas prioritários pelos
6 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; Apresentação pela COPEL sobre a
7 cobrança pelo uso de recursos hídricos de aproveitamentos de potenciais
8 hidrelétricos Indicação de três subprogramas do Plano Nacional de Recursos
9 Hídricos constantes do anexo da Resolução nº 70 do Conselho Nacional de
10 Recursos Hídricos; Aprovação de Parecer da Câmara Técnica de Assuntos
11 Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais – CTIL referente a requerimento
12 apresentado pela SANEPAR referente ao prazo de mandato dos Conselheiros do
13 CERH/PR; Aprovação de Moção referente à urgência de contratação de pessoal para
14 o quadro do Instituto Paranaense das Águas, quando da sua aprovação na
15 Assembléia Legislativa; Assuntos Gerais; e Encerramento.

16
17 **Aos 31 dias de março de 2009, às 14:00 horas**, na Sala dos Conselhos do Centro
18 Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná – CIETEP,
19 realizou-se a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
20 – CERH/PR, contando com a presença do Diretor Geral da SEMA, ALLAN JONES
21 DOS SANTOS, representando o Presidente do CERH/PR, LINDSLEY DA SILVA
22 RASCA RODRIGUES, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE
23 ROORDA, dos Conselheiros Titulares WALDIR PAN da Secretaria de Estado do
24 Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, ANTÔNIO RICARDO LORENZON da
25 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, JOSÉ LUIZ
26 NISHIHARA da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, JOÃO LECH SAMEK da
27 Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento
28 Ambiental – SUDERHSA, BENNO HENRIQUE WEIGERT DOETZER da EMATER,
29 HELOÍSA BOT BORGES da Procuradoria Geral do Estado – PGE, PAULO
30 FERNANDO SOARES da Universidade Estadual de Maringá - UEM, INGRID ILLICH
31 MÜLLER da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH/PR, PAULO PIZZI
32 do Mater Natura, TADEU DONIZETTI RZNISKI da Companhia de Saneamento do
33 Paraná – SANEPAR, JOSÉ BAKA FILHO da Prefeitura Municipal de Paranaguá,
34 RAUL MUNHOZ NETO da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, ODAIR
35 CESCHIN da Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, GUNTOLF VAN KAICK da
36 OCEPAR e dos Conselheiros Suplentes, JOÃO LUIZ BRITO VALENTE da Secretaria
37 de Estado da Fazenda – SEFA, LUIS TADEU CAVA da Secretaria de Estado da
38 Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, PAULO CESAR BERALDO da
39 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, CRISTIANE DE
40 CONTI MEDINA da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior –
41 SETI, JOCELY MARIA THOMAZONI LOYOLA da Companhia de Habitação do
42 Paraná – COHAPAR, CELSO AUGUSTO BITTENCOURT do Instituto Ambiental do
43 Paraná – IAP, GIL FERNANDO BUENO POLIDORO da Coordenação da Região
44 Metropolitana de Curitiba – COMEC, JOÃO PAULO DE CASTRO KLIPE da
45 Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná, AMIN KATBEH da Associação Brasileira
46 de Águas Subterrâneas – ABAS/PR, LEO DE FREITAS do GARI, JOSÉ LOURIVAL
47 MAGRI, da Tractebel Energia; e dos convidados, MARCO JOSÉ MELO NEVES da
48 SRHU/MMA, OLGA R. R. POLATTI, JÚLIO MESSIAS GOSS e CARLOS ROBERTO
49 BARACHO, ENEAS SOUZA MACHADO, WAGNER LUIZ KRELING e CARLA
50 MITTELSTAEDT da SUDERHSA, SÉRGIO BAHLS e EVANDRO MARCOS

51 DALMOLIN da SANEPAR, LUIZ FERNANDO DE ARRUDA GONÇALVES e
52 MARTHA REGINA VON BORSTEL SUGAI da COPEL e JOSÉ CARLOS ALIAGA da
53 SEPL. Ao iniciar a reunião a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE
54 ROORDA, disse haver quorum, contando com a presença de 22 Conselheiros
55 titulares ou suplentes representando os titulares. O Presidente em exercício ALLAN
56 JONES DOS SANTOS fez um agradecimento especial à presença do Sr. Marco
57 Neves, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, para fazer a
58 apresentação dos Subprogramas e Ações do Plano Nacional de Recursos Hídricos
59 que é de interesse para os Estados e a matriz de implementação deste Plano. A
60 seguir a Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fez a leitura da pauta,
61 que foi aprovada por unanimidade. Na seqüência passou ao **primeiro item de pauta**
62 **– leitura do expediente**, dando ciência dos encaminhamentos efetuados pela
63 secretaria executiva do Conselho. A seguir o Sr. ALLAN JONES DOS SANTOS
64 passou ao **segundo item de pauta – apresentação dos subprogramas e ações**
65 **do Plano Nacional de Recursos Hídricos de interesse para os Estados e matriz**
66 **de implementação do PNRH**, convidando o Sr. MARCO NEVES da SRHU, para
67 fazer a apresentação. O mesmo agradeceu o convite e mencionou que o Estado do
68 Paraná esteve muito presente durante o processo de elaboração do Plano Nacional
69 de Recursos Hídricos – PNRH, em especial na Região Hidrográfica do Paraná que
70 contou com a coordenação paranaense na Comissão Executiva Regional na pessoa
71 do Sr. Everton Luiz da Costa Souza da SUDERHSA. Comentou que a apresentação
72 serviria de subsídio ao CERH/PR referente à questão da cobrança pelo uso da água,
73 visto que a Lei Nacional nº 9433/97 prevê que este instrumento deve financiar
74 programas e intervenções contemplados nos Planos de Recursos Hídricos. Falou
75 sobre o estado da arte de implementação do PNRH (**vide anexo 1**) e fez uma
76 abordagem prospectiva de visão de futuro e apresentou uma visão de cenários
77 possíveis e que o PNRH deve ser visto como um instrumento estratégico para a
78 construção de um cenário favorável à gestão de recursos hídricos no País.
79 Apresentou as etapas e metas emergenciais do Plano, a saber: Análise Diagnóstica
80 (etapa que consolidou uma base técnica de apoio ao processo de consultas ao
81 Plano), Análise Prospectiva (etapa que objetivou explicar os cenários prováveis para
82 os recursos hídricos no horizonte temporal 2005-2020, chegando-se a três cenários),
83 Planejamento / Definição de Estratégias (etapa na qual foram definidas as diretrizes,
84 programas e metas do Plano) e Plano de Metas Emergenciais (etapa que objetiva o
85 cumprimento das 6 metas emergenciais do PNRH). Comentou que a estrutura
86 programática do PNRH está baseada em 4 componentes (I - Desenvolvimento da
87 Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, II - Articulação Intersetorial, Inter e Intra
88 Institucional, III – Programas Regionais de Recursos Hídricos e IV – Gerenciamento
89 d Implementação) e dividida em 13 programas e 30 subprogramas (**vide anexo 1**).
90 Falou que a implementação do Plano prevê um constante ciclo de estruturação e
91 pactuação, gerenciamento, monitoramento, bem como avaliação e revisão, para o
92 qual apresentou figura do processo continuado de monitoramento. A seguir
93 apresentou os mecanismos institucionais de acompanhamento e execução dos
94 programas, bem como ferramentas e mecanismos auxiliares de orientação ao CNRH
95 visando a implementação do PNRH. Na seqüência apresentou Estratégias de
96 Implementação do PNRH (I – Articulação entre os âmbitos de planejamento de
97 recursos Hídricos e II – Mecanismos Institucionais extra-SINGREH). Na seqüência
98 apresentou uma Matriz de Detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH,
99 dando alguns exemplos de detalhamento, e reforçando que a meta do Conselho
100 Nacional é a priorização e a implementação dessas ações do PNRH, ressaltando a

101 importância da indicação de três subprogramas considerados prioritários para a sua
102 implementação na visão dos Conselhos Estaduais, bem como Comitês de Bacias de
103 rios de domínio da União, com os recursos da cobrança pelo uso da água. O Sr.
104 ALLAN JONES DOS SANTOS agradeceu a apresentação, e em não havendo
105 comentários e manifestações a respeito, passou ao **terceiro item de pauta -**
106 **apresentação pela COPEL sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos de**
107 **aproveitamentos de potenciais hidrelétricos**, e convidou a Sra. MARTHA REGINA
108 VON BORSTEL SUGAI da COPEL para fazer a apresentação (**vide anexo 2**). A
109 mesma esclareceu que, segundo a Constituição Federal de 1988 (art. 20, inciso VIII),
110 os potenciais de energia hidráulica são bens de domínio da União, sendo
111 assegurada, nos termos da lei, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, bem
112 como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da
113 exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, ou
114 compensação financeira por essa exploração. Explicou a fórmula de cálculo da
115 Compensação Financeira a ser paga pelos concessionários de serviço de energia
116 elétrica aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, definida na Lei nº 7.990/89,
117 ressaltando que estão isentas as geradoras com capacidade igual ou inferior a 10
118 MW em operação antes de maio de 1998, e após esta data, as geradoras com
119 potência igual ou inferior a 30 MW. Mencionou que a Lei Nacional de Recursos
120 Hídricos (Lei nº 9.433/97) instituiu a cobrança pelo uso de recursos hídricos como um
121 dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Explicou que, com a Lei
122 de criação da ANA, a Lei nº 9.984/2000, a compensação financeira pela utilização de
123 recursos hídricos para fins de geração de energia, passou para 6,75% sobre o valor
124 da energia produzida, sendo que 6% são distribuídos entre os Estados, Municípios e
125 órgãos da administração direta da União (45% aos Estados, 45% aos Municípios e
126 10% entre órgãos do governo da União), e outros 0,75% destinados ao MMA, para
127 aplicação na implementação da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de
128 Recursos Hídricos, constituindo-se esta última parcela cobrança pelo uso de
129 recursos hídricos. Explicou também a fórmula de distribuição dos Royalties, que trata
130 especificamente da compensação do aproveitamento hidrelétrico de Itaipu, onde 10%
131 são também destinados aos mesmos órgãos do governo da União, e os restantes
132 90% da seguinte forma: 85% aos Estados e Municípios diretamente afetados, e 15%
133 aos Estados, Distrito Federal e Municípios a montante (**vide anexo 2**). Detalhou o
134 processo administrativo desde a fase de informação das concessionárias à ANEEL
135 da geração mensal das Usinas até o pagamento pelo Banco do Brasil aos
136 contemplados pela Compensação, ressaltando que os montantes de recursos
137 arrecadados podem ser consultados no endereço www.aneel.gov.br. Apresentou os
138 valores arrecadados e repassados às diversas instâncias, quer pela compensação
139 financeira, quer pelos royalties de Itaipu no ano de 2008, detalhou os valores
140 repassados pelas Usinas ao longo do Rio Iguaçu, e mencionou que o Estado do
141 Paraná, através de contrato com a União em 2001, negociou os recursos da
142 compensação financeira para a capitalização do Fundo do Paraná Previdência, tendo
143 em vista que a Lei 10.195/2001 passou a permitir a utilização desses recursos para
144 esses Fundos. Apresentou também os valores repassados pelas Usinas ao longo do
145 Rio Jordão, lembrando que os recursos referentes a estas duas usinas não foram
146 incluídos no contrato anteriormente mencionado, e que podem, portanto, ser
147 utilizados na implementação da Política e do Sistema Estadual de Gerenciamento de
148 Recursos Hídricos. Esclareceu que só fica vedada a utilização destes recursos para
149 pagamento de dívidas e pagamento do quadro permanente de pessoal. Mencionou
150 que a nível nacional, sob a coordenação da Câmara Técnica de Cobrança do

151 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, está sendo feito um levantamento quais os
152 Estados que estão aportando a sua parcela de recursos da compensação financeira
153 aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos, e em que percentual, tendo em vista
154 que essa conduta não é uma obrigação legal, mas que vem em muito contribuir com
155 a implementação dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos. Lembrou que o
156 artigo 22 da Lei nº 9.433/97 prevê que os valores arrecadados com a cobrança pelo
157 uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em
158 que foram gerados. Já o artigo 21 da mesma Lei estabelece que as prioridades de
159 aplicação dos recursos serão definidas pelo CNRH, em articulação com os
160 respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica. Mencionou que no âmbito do CNRH foi
161 aprovada a Resolução nº 70 que regulamenta essa articulação entre o CNRH e os
162 Comitês de Bacia, e define procedimentos, prazos e formas de fazer esta articulação.
163 Em 2007, foi aprovada a Resolução CNRH nº 71 que, com base em respostas de
164 alguns comitês de bacia, estabeleceu as prioridades de aplicação dos recursos
165 provenientes da cobrança pelo uso da água para o exercício de 2008 e no Plano
166 Plurianual 2008-2011, sendo selecionados os seguintes subprogramas: despoluição
167 de bacias hidrográficas: planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de
168 água em classes de uso; metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de
169 recursos hídricos; capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de
170 recursos hídricos; apoio à organização de SEGRHs; aplicação de instrumentos
171 econômicos à gestão de recursos hídricos; e sustentabilidade econômico-financeira
172 da gestão de recursos hídricos. Já em 2008, este Conselho participou votando no
173 processo, tendo sido selecionados os seguintes subprogramas mais votados:
174 despoluição de bacias hidrográficas: planos de recursos hídricos e enquadramento
175 de corpos de água em classes de uso; e apoio à organização de Sistemas Estaduais
176 de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRHs. Mencionou que dentro do
177 subprograma "Despoluição de Bacias Hidrográficas" a SANEPAR recebeu recursos
178 para a implantação das Estações de Tratamento de Efluentes Padilha Sul e CIC
179 Xisto, em Curitiba, e São Jorge em Almirante Tamandaré. Mencionou que, de acordo
180 com a Resolução CNRH nº 97, a cada dois anos será feita essa priorização de
181 subprogramas pelo CNRH após processo de consulta aos Comitês de Bacia de rios
182 de Domínio da União e Conselhos Estaduais, que por sua vez deverão se articular
183 com os comitês de rios de domínio dos Estados, que orientará a ANA na aplicação
184 dos recursos. Por último, salientou que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos
185 deverá se articular com os demais entes governamentais para assegurar o não
186 contingenciamento dos recursos referentes aos 0,75% que são repassados à
187 Agência Nacional de Águas – ANA. O Sr. ALLAN JONES DOS SANTOS agradeceu
188 a apresentação e abriu a palavra para comentários. O Sr. RAUL MUNHOZ NETO da
189 COPEL disse lamentar alguns posicionamentos de ONGs na tentativa de desmerecer
190 o trabalho das empresas do setor elétrico e ressaltar o benefício incomensurável que
191 o setor traz a toda a população, exemplificando as obras da SANEPAR, que a Sra.
192 Martha Sugai comentou, que foram executadas com recursos da compensação
193 financeira devido à existência desses reservatórios para geração de energia elétrica.
194 Comentou ainda, que existe a nível federal o problema de contingenciamento dos
195 recursos que cabem à ANA, mas que, talvez até pela falta de possibilidade de
196 aplicação destes recursos por falta de projetos. A Secretária Executiva MARIANNA
197 SOPHIE ROORDA disse que gostaria de aproveitar a oportunidade para comunicar
198 que o Projeto de Lei do Instituto das Águas, que tramita na Assembléia, já contempla
199 que a parcela dos recursos da compensação financeira que cabem ao Estado do
200 Paraná provenientes das Usinas que entraram em operação após o Contrato do

201 Estado com a União para a capitalização do Fundo do Paraná Previdência, seja
202 aportada ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e que hoje esta seria recursos da
203 ordem de 2 milhões/ano. O Sr. JOSÉ LOURIVAL MAGRI da TRACTEBEL ENERGIA,
204 complementando a fala do Sr. Raul Munhoz Neto, sugeriu que pelos números
205 apresentados pela Sra. Martha Sugai referentes aos recursos da compensação
206 financeira repassados aos Municípios e à União, que estes Municípios colocassem
207 esses recursos em projetos de desenvolvimento na Bacia em parceria com a União e
208 com o Estado, cada qual alocando parte dos recursos, traduzindo o que está na Lei,
209 de se aplicar os recursos prioritariamente nas bacias onde foram arrecadadas, e
210 desta forma tentar descontingenciar recursos da compensação financeira. A Sra.
211 MARTHA SUGAI sugeriu um trabalho conjunto para resolver o problema que temos
212 no reservatório de Foz do Areia, onde está sendo feito um trabalho muito grande de
213 diagnóstico para averiguar o que está causando a floração de algas. A seguir, em
214 não havendo mais manifestações, o Sr. ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao
215 **quarto item de pauta - indicação de três subprogramas do Plano Nacional de**
216 **Recursos Hídricos constantes do anexo da Resolução nº 70 do Conselho**
217 **Nacional de Recursos Hídricos**, e solicitou que a Secretária Executiva MARIANNA
218 SOPHIE ROORDA apresentasse quais os subprogramas que foram considerados
219 prioritários pelo CERH/PR em 2008 e pelos Comitês de Bacia, recentemente em
220 2009. A mesma comentou que o CNRH emitiu ofício aos CERHs para que os
221 mesmos, até o dia 15 de abril, indicassem os três subprogramas prioritários do ponto
222 de vista de cada Conselho Estadual. Também mencionou que, conforme orientação
223 do CNRH, foi solicitado que cada Comitê de Bacia em operação fizesse a sua
224 indicação dos três subprogramas prioritários, servindo de subsídio para a presente
225 reunião. Mencionou que essas indicações serviriam para orientar a Agência Nacional
226 de Águas – ANA, na elaboração de sua proposta orçamentária de 2009. Apresentou
227 slides (**vide anexo 3**) com as prioridades anteriormente apresentadas pelo
228 CERH/PR, pelo CNRH e pelos Comitês de Bacia, material este já anteriormente
229 encaminhado aos Conselheiros. Sugeriu que cada Conselheiro fizesse a indicação
230 de três subprogramas prioritários, e ao final, os três mais votados, seriam
231 encaminhados à Agência Nacional de Águas, o que foi acordado por todos. O
232 Conselheiro RAUL MUNHOZ NETO da COPEL disse que a instituição não foi
233 consultada na indicação dos subprogramas pelos Comitês do Jordão e do Alto
234 Iguaçu/Alto Ribeira. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA explicou
235 que por motivos de dificuldades que alguns Comitês estariam passando, essas
236 indicações foram feitas pelos seus Presidentes e Secretários. A seguir cada um dos
237 Conselheiros fez sua indicação dos programas, e ao final a Secretária Executiva
238 MARIANNA SOPHIE ROORDA mencionou que os três subprogramas mais votados
239 foram: em primeiro lugar “Plano de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos
240 d’Água em Classes de Uso” com 21 votos; em segundo “Despoluição de Bacias
241 Hidrográficas” com 12 votos; e em terceiro “Saneamento e Gestão Ambiental de
242 Recursos Hídricos no Meio Urbano” com 10 votos. Os outros subprogramas que
243 foram indicados pelos Conselheiros foram: “Conservação de solos e água – manejo
244 de microbacias no meio rural”, com 9 votos; “Apoio à organização de Sistemas
245 Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRHs”, com 3 votos;
246 “Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos
247 hídricos”, com 3 votos; e “Gestão da oferta, da ampliação, da racionalização e do
248 reuso de água”, com 3 votos. Definida esta questão, o Sr. ALLAN JONES DOS
249 SANTOS passou ao **quinto item de pauta - Aprovação de Parecer da Câmara**
250 **Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais –**

251 **CTIL referente a requerimento apresentado pela SANEPAR referente ao prazo**
252 **de mandato dos Conselheiros do CERH/PR.** A Secretária Executiva MARIANNA
253 SOPHIE ROORDA mencionou que esse requerimento havia sido encaminhado aos
254 Conselheiros na última reunião do CERH/PR, e que, por solicitação do Conselheiro
255 da SANEPAR, esta matéria foi encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos
256 Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais – CTIL, que, sob a coordenação
257 do Sr. Carlos Baracho, Assessor Jurídico da SUDERHSA, emitiu Parecer, que foi
258 encaminhado aos Conselheiros (**vide anexo 3**) que recomenda a revogação do
259 Decreto nº 3.426/2008 e nova redação ao Decreto nº 2.314/00, não mais limitando o
260 número de mandatos de nenhum dos segmentos representados no Conselho. Fez a
261 leitura do Parecer e abriu a palavra para manifestações. Os Conselheiros ANTONIO
262 RICARDO LORENZON da SEAB e JOÃO LUIZ BRITO VALENTE da SEFA
263 manifestaram não terem discordância com a nova redação do Decreto, tratando os
264 diversos segmentos de forma isonômica. A Conselheira HELOISA BOT BORGES da
265 PGE mencionou que concordava com a redação da minuta de Decreto, mas que na
266 seqüência, conforme discutido no âmbito da CTIL, deveria haver uma revisão na
267 legislação quanto à representatividade de cada segmento no Conselho. A Secretária
268 Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA mencionou que já havia sido proposta a
269 instalação de Câmara Técnica do CERH/PR para tratar da questão de
270 representatividade dos Conselheiros no Conselho, aos moldes do que está sendo
271 discutido no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e que houve uma solicitação
272 de retirada de pauta, mas que certamente esse assunto deverá ser retomado. Na
273 seqüência o Sr. ALLAN JONES DOS SANTOS colocou a matéria para aprovação,
274 sendo a minuta de Decreto aprovada por unanimidade. A seguir passou ao **sexto**
275 **item de pauta - Aprovação de Moção referente à urgência de contratação de**
276 **peçoal para o quadro do Instituto Paranaense das Águas, quando da sua**
277 **aprovação na Assembléia Legislativa,** proposta pelo Conselheiro Eduardo
278 Salamuni. A Secretária Executiva procedeu a leitura da proposta de Moção (**vide**
279 **anexo 3**), e na seqüência foi aberta a palavra para considerações. Foram recebidas
280 algumas contribuições de redação dos Conselheiros RAUL MUNHOZ NETO da
281 COPEL, LEO DE FREITAS do GARI, TADEU DONIZETTI RNZISKI da SANEPAR e
282 HELOISA BOT BORGES da PGE, e na seqüência colocada para aprovação. Houve
283 discordância quanto à redação final pelos Conselheiros LEO DE FREITAS e PAULO
284 PIZZI, reforçado pelo Sr. CARLOS BARACHO, assessor jurídico da SUDERHSA,
285 que entendiam que deveria ficar claro para o Governador, da necessidade urgente de
286 se “incrementar” o quadro de pessoal do futuro Instituto das Águas, no entanto, o
287 princípio da Moção foi aprovado por unanimidade. A seguir o Sr. ALLAN JONES
288 DOS SANTOS passou ao **sétimo item de pauta – assuntos gerais**, sendo que a
289 Eng^a CARLA MITTELSTAEDT da SUDERHSA deu alguns informes sobre o
290 andamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Mencionou que a primeira
291 etapa do Plano, o Diagnóstico da situação atual, foi concluído. A segunda etapa que
292 é a de desenvolvimento, que contempla a elaboração de Cenários e uma definição
293 preliminar de programas a serem implementados, estará sendo discutida
294 regionalmente nos Municípios de Curitiba, Guarapuava, Toledo, Paranavaí e
295 Londrina, para recebimento de contribuições ao Plano Estadual. Disse que a terceira
296 etapa seria a de consolidação do Plano, já incorporando as contribuições recebidas
297 nos Encontros Regionais e sistematização dos Programas e Diretrizes Estratégicas,
298 e uma nova rodada de Encontros Regionais para apresentação do Plano na sua
299 versão final, até dezembro de 2009. O Conselheiro TADEU DONIZETTI RZNISKI da
300 SANEPAR parabenizou a direção dos trabalhos, e comentou a necessidade de se

301 incentivar cada vez mais a organização e funcionamento dos Comitês de Bacia
302 Hidrográfica, e principalmente incentivar estes Comitês a fazerem os seus
303 planejamentos e apresentarem projetos para se habilitarem aos recursos financeiros
304 mencionados na apresentação da Sra. MARTHA SUGAI da COPEL, por conta do
305 pagamento do setor hidrelétrico pela compensação financeira, para o funcionamento
306 dos Sistemas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos. Por último, a Secretária
307 Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA mencionou que haveria ainda duas
308 reuniões ao longo do ano, uma para aprovação do diagnóstico do Plano Estadual de
309 Recursos Hídricos e outra para aprovação final do Plano. Sem mais assuntos a
310 tratar, o Sr. ALLAN JONES DOS SANTOS passou ao **último item da pauta –**
311 **encerramento**, enalteceu o trabalho da secretaria executiva e agradeceu a presença
312 de todos e deu por encerrada a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de
313 Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva
314 do CERH/PR, lavrei a presente Ata, em Curitiba, aos 04 dias de maio de 2009.

315 De acordo

316 Curitiba, 09 de dezembro de 2009

317

318

319

320

LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos